



Educar para ganhar o futuro



Este número do boletim continua a apresentação de boas-práticas promovidas por projetos desenvolvidos no contexto do NORTE 2020, dá nota do reforço das equipas multidisciplinares das escolas e atualiza os dados referentes à taxa de retenção e desistência, um indicador central na aferição do sucesso escolar e no acompanhamento dos PIICIE. A evolução da frequência escolar merece especial atenção.

De facto, a quebra verificada no número de alunos e a sua continuação futura resultam de contextos demográficos e o combate ou a mitigação dos seus efeitos estão para além de políticas educativas. No entanto, as suas implicações requerem respostas cuidadas no planeamento e na gestão da rede escolar às escalas municipal e intermunicipal, num exercício territorialmente exigente para assegurar o equilíbrio, sempre difícil, entre equidade no acesso à educação e no seu usufruto e eficiência no uso dos recursos.

O investimento na educação, em todos os níveis, constitui uma dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do Norte, cuja centralidade é reforçada pelos desafios de uma sociedade que enfrentará mudanças profundas nos contextos das transições digital e ambiental em curso.

Os resultados apresentados sobre retenção e desistência, apesar de traduzirem uma evolução positiva do sucesso escolar e de resultarem de um processo participado por vários atores, cujo papel importa reconhecer, não podem deixar de estar no centro da atual e futura estratégia do Norte. A saída precoce do sistema educativo é dramática para o desenvolvimento humano e potencia a exclusão social. É igualmente negativa para a economia da Região que, deste modo, vai perdendo os seus principais ativos futuros — pessoas com elevados níveis educativos.

Acresce que o progresso notável na escolarização da população jovem da Região, nas últimas décadas, ainda não tem correspondência na formação da população adulta, designadamente em idade ativa.

Por tudo isto, importa concluir com sucesso o atual período de programação, e preparar 2030 de modo a ganhar o futuro das pessoas que habitam e fazem o Norte.

António M. Cunha

Presidente da CCDR-N e Gestor do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

[Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário para a promoção do sucesso e inclusão educativos \[PÁG. 2-3\]](#)

[BRAGA: Ação Educação, olhos postos no Presente e no Futuro! \[PÁG. 4-5\]](#)

[Projeto INEDIT.Maia | Inclusão pela Educação – Investimos em Ti \[PÁG. 6-7\]](#)

[RETENÇÃO E DESISTÊNCIA nas escolas do Norte \[PÁG. 8-10\]](#)

[FREQUÊNCIA ESCOLAR NO NORTE - evolução e olhar prospetivo \[PÁG. 11-16\]](#)

COORDENAÇÃO TÉCNICA
CCDRN/ Secretariado Técnico
Emprego, Qualificação e Inclusão Social (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL
Unidade de Apoio à Estratégia de Comunicação do NORTE 2020

SUBSCREVA O BOLETIM:
[▶ CLIQUE AQUI](#)

Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário para a promoção do sucesso e inclusão educativos

Depois de um ano letivo atípico em que a pandemia da COVID-19 levou à suspensão de todas as atividades letivas e não letivas a partir de 16 de março de 2020 e à implementação de ensino a distância, o sistema educativo acentuou fragilidades nos extratos da população escolar mais vulnerável. Para a retoma das atividades educativas no ano letivo 2020/21 estabeleceu-se um conjunto de medidas excecionais e temporárias em colaboração com os restantes parceiros sociais para minorar as problemáticas identificadas.

É neste contexto que a 31 de julho de 2020 o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) apresentou o Edital de abertura de candidaturas à conceção de [Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário](#) (PDPSC), no âmbito da promoção do sucesso e inclusão educativos, a todas as Escolas do Continente.

A apresentação dos PDPSC teve como grande objetivo a mitigação das “desigualdades socioeducativas, garantindo o acesso ao conhecimento como a chave para a mobilidade social e o êxito educativo de todos e cada um dos alunos e contrariando o absentismo e o abandono”. Foram 668 as Escolas, de um total de 810 elegíveis, que entre o período de 8 e 28 de agosto de 2020, gizaram e apresentaram à Estrutura de Missão do PNPSE 1316 medidas de intervenção socioeducativa, numa média de 2 medidas por plano.

Dos planos apresentados resultou, à data, a alocação de um total nacional de 931 técnicos especializados (a tempo total ou parcial) que vieram reforçar as Equipas Multidisciplinares. No decurso do mês de setembro as Escolas foram informadas do número de técnicos especializados atribuídos a cada unidade orgânica. As principais áreas de intervenção destes novos técnicos especializados inscrevem-se no âmbito da Psicologia, Terapia da Fala, Mediação, Educação e Assistência Social, Artes e Cultura e Informática (Figura 1).

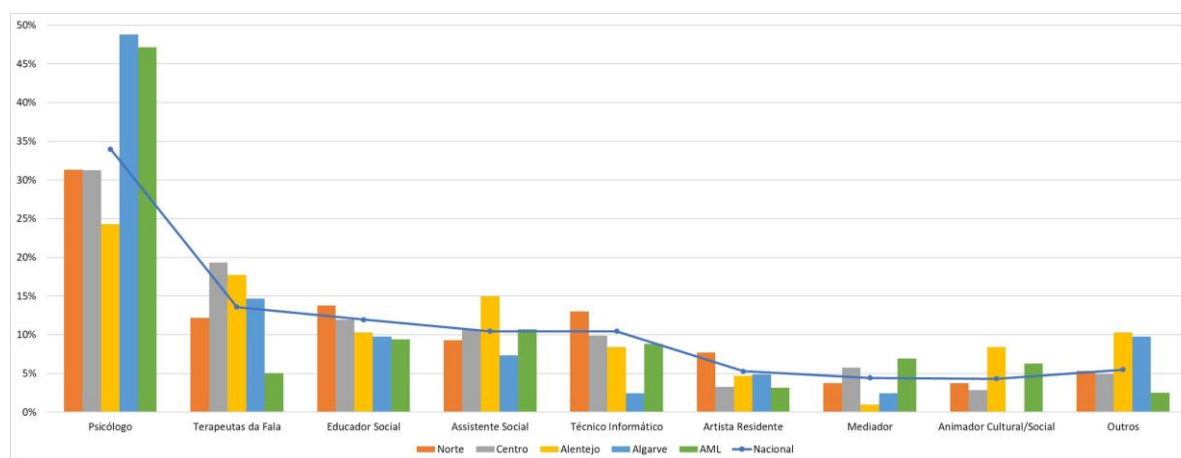


Figura 1: Técnicos especializados contratados no âmbito do PDPSC, por região (N=931)

A escolha da tipologia de técnicos especializados pelas Escolas indicia uma clara aposta em intervenções socioeducativas para mitigar problemáticas sociais dos alunos e suas famílias, bem como intervir sobre os constrangimentos que dificultam as aprendizagens, no sentido dos alunos melhorarem tanto a assiduidade quanto o envolvimento pessoal na apropriação das diferentes componentes curriculares.

Evidenciam-se, a este propósito, as tipologias de medidas propostas pelas Escolas (Figura 2). No caso da região Norte observa-se um predomínio da contratação de psicólogos e técnicos da área social como educadores, assistentes sociais, mediadores e animadores socioculturais. Os técnicos de informática são um grupo profissional ainda muito requisitado para fazer face ao desenvolvimento de competências digitais nas escolas que o atual contexto pandémico veio valorizar. Sobressai ainda a necessidade de contratação de terapeutas da fala para intervenções preventivas na área da leitura e escrita em consonância com a ação estratégica privilegiada pelas escolas. Assinale-se ainda a contratação de artistas residentes como forma de envolvimento das artes na melhoria das aprendizagens.



De realçar que este tipo de prioridades de contratação de técnicos especializados surge em linha com as prioridades das demais regiões do país.

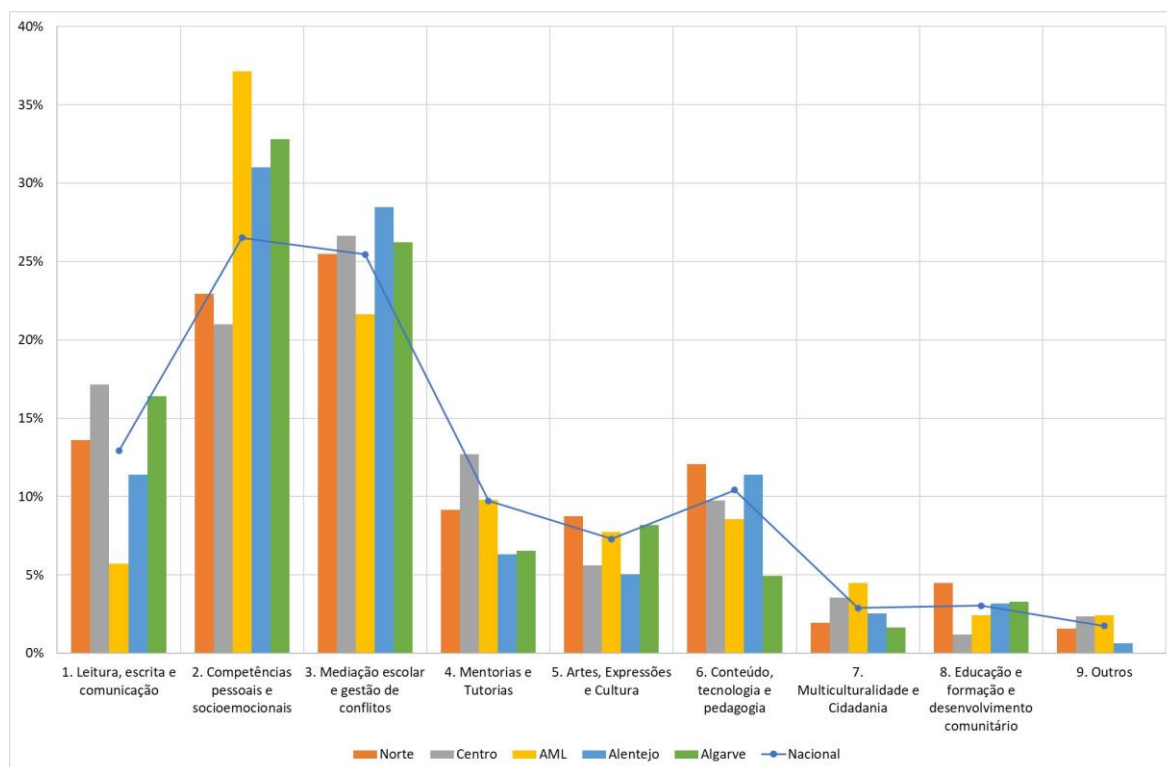


Figura 2: Tipologias de medidas propostas pelas Escolas no âmbito do PDPSC, por região (N=1316)

Destaque-se que as 1316 medidas acima propostas enquadram-se nas principais fragilidades assinaladas pelas Escolas já que os seus relatos apontam claramente para a necessidade de intervir, entre outros, no aperfeiçoamento de competências sociais, emocionais e de desenvolvimento pessoal, no aprofundamento da relação entre a escola e a família, bem como no envolvimento da comunidade.

Relativamente à região Norte, as medidas mais inscritas nos planos pelas Escolas enquadram-se na categoria Mediação Escolar e Gestão de Conflitos, perfazendo estas ações de intervenção cerca de 25% das medidas candidatadas. A categoria Competências Pessoais e Socioemocionais aparece como a segunda maior, com uma representatividade ao nível do território de 23% das medidas, revelando a intencionalidade das escolas em atuar ao nível do desenvolvimento destas competências nos alunos. As categorias Leitura, Escrita e Comunicação e Conteúdo, Tecnologia e Pedagogia têm também expressão nos planos das Escolas da região Norte e relacionam-se com os técnicos contratados, recursos fundamentais para a implementação dos planos.

O Ministério de Educação, ao reforçar as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) das Escolas pela contratação de técnicos especializados para intervenção no âmbito dos PDPSC, reforça a convergência com os municípios e as comunidades intermunicipais que, através dos seus Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), têm aprofundado políticas educativas territorializadas de articulação com as escolas e com os restantes parceiros sociais na prossecução da inclusão e do sucesso escolar.

José Verdasca, Ana Maria Neves, Helena Fonseca, José Alberto Fateixa, Odete João, Marta Procópio e Teodolinda Magro-C

Estrutura de Missão do PNPSE



BRAGA: Ação Educação, olhos postos no Presente e no Futuro!



O Município de Braga lidera uma equipa multidisciplinar que atua junto dos alunos do ensino básico, desde o 3.º período do ano letivo 2017/2020, através da implementação das ações inseridas nos Projetos “Saber Crescer”, orientado para alunos do 1.º ciclo, e “Equipa Técnica de Articulação Educativa”, para alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico.

Integrados na CIM do Cávado e no seu Plano de Combate ao Insucesso Escolar, os projetos contam na sua operacionalização com a Cruz Vermelha Portuguesa e os Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga, através de um programa psicoeducativo e socioeducativo no sentido de minorar e/ou eliminar os fatores de risco subjacentes ao insucesso escolar.

Ambos os projetos contam com uma equipa composta por 1 Coordenador, 3 Terapeutas da Fala, 3 Mediadores Escolares, 3 Psicólogos e 3 Técnicos Superiores de Educação, que desenvolvem atividades nos 12 Agrupamentos de Escolas e no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

As atividades que promovem privilegiam e favorecem o desenvolvimento de competências transversais e interdisciplinares, de forma integrada e articulada, que envolvem e incentivam a interação entre os alunos.

O trabalho desenvolvido ao nível da terapia da fala ultrapassou as expectativas iniciais de resposta direta às necessidades e dificuldades identificadas, desenvolvendo uma intervenção preventiva, por via do desenvolvimento de um Programa de Treino de Consciência Fonológica, “Sê Sássaro”. Este programa é implementado nos Jardins de Infância, direcionado para as crianças finalistas da educação pré-escolar, e no 1.º ano do ensino básico, procurando promover competências essenciais para a aquisição da leitura e escrita.

Foram também implementadas atividades de Mediação Escolar, assim como um Programa de Treino de Competências Pessoais e Sociais, centrado no Autocontrolo e Disciplina, desenvolvido em contexto de sala de aula, com todas as turmas dos 3º e 4º anos. Paralelamente a este trabalho, as Mediadoras Escolares realizam ainda Intervenção Psicoeducativa, em pequenos grupos, adaptada às reais necessidades dos alunos e trabalhando questões que podem condicionar o seu sucesso escolar.

No pressuposto da valorização da Educação Não-Formal, os profissionais de psicologia e educação desenvolvem a sua intervenção em 3 modalidades de acompanhamento: turmas, pequenos grupos e casos individuais, intervindo também junto das famílias dos alunos. Privilegiam atividades que favorecem o desenvolvimento de competências transversais e interdisciplinares, de forma integrada e articulada, com propostas de atividades que envolvem, estimulam e incentivam a interação entre os alunos.

“As Dicas do Pi” são o exemplo de um programa de integração e adaptação para os alunos do 5º ano, que acolhe os alunos que vão integrar um novo ciclo e uma nova escola e incentiva-os para uma maior organização, motivação e envolvimento nas atividades escolares, prevenindo assim eventuais dificuldades de adaptação às exigências do 2º ciclo. Este contacto próximo com todas as turmas do 5º ano permite uma deteção precoce destas dificuldades dos alunos por parte dos profissionais, o que se torna vantajoso para o trabalho a desenvolver.

O desenvolvimento destes dois projetos permite que eles hoje sejam vistos na comunidade educativa como uma mais-valia. A presença dos profissionais permitiu criar reais parcerias e efetivos laços colaborativos. Tal fomentou um espírito de coesão forte e integrador numa dinâmica que favorece o trabalho em equipa das comunidades, com benefício evidente para as crianças e os jovens envolvidos.

Considera-se, ainda, que a implementação dos projetos permite, de uma forma equilibrada e com equidade, que todos os alunos desenvolvam aprendizagens, num contexto que aproxima a escola e a comunidade, e que são catalisadores de dinâmicas que salvaguardam o desenvolvimento integral dos alunos e a melhoria dos resultados escolares.

Primeiros elementos de avaliação

A operacionalização e a monitorização dos projetos permitem concluir que a equipa multidisciplinar distribuída pelos 12 Agrupamentos de Escolas e pela Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, não só alcançou, como já ultrapassou indicadores e metas previstos em candidatura, conforme fica demonstrado nas reuniões de acompanhamento.

Desde o seu início foram envolvidos nas várias ações dos projetos **13.169** alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e **331** crianças da Educação Pré-Escolar.

De facto, os resultados obtidos até à data mostram uma melhoria no desempenho escolar, a redução do número de níveis negativos, bem como uma evolução positiva na classificação na disciplina de Língua Portuguesa. Assistese também a um aumento do número de visitas de Encarregados de Educação à Escola, assim como a frequência destes de Ações de Formação, o que só é possível graças ao trabalho de proximidade desenvolvido.

Também a Mediação Escolar evidencia um ambiente de recreio mais organizado e saudável, rentabiliza o tempo útil de trabalho da turma, em particular do seu comportamento em sala de aula, sendo uma das ações com maior acolhimento junto da comunidade.

Projeto “Saber Crescer” e “Equipa Técnica de Articulação Educativa”

Indicadores de Processo – Anos Letivos 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020



Legenda:
 a) Programa de promoção de competências de consciência fonológica.
 b) Programa de promoção de competências pessoais e sociais.
 c) Programa de integração dos alunos no 2º ciclo.

PIICIE – Intervenção à distância



Num ano letivo que trouxe em igual medida preocupações e desafios, estes dois projetos continuaram a desenvolver-se.

A interrupção das atividades letivas e a obrigatoriedade da permanência em casa levaram as Equipas a elaborarem um plano estratégico ajustado às necessidades educativas do concelho, garantindo a continuidade dos acompanhamentos individuais, em pequenos grupos e/ou em turmas (concretizando assim os Planos de Intervenção definidos), assegurando o bem-estar socio-emocional dos alunos e colaborando com a nova modalidade de ensino-aprendizagem (monitorizando a adaptação dos alunos à mesma). As Equipas desenvolveram recursos criativos e inovadores no meio online, assim como criou instrumentos pedagógicos que permitiram ir ao encontro das necessidades específicas de cada aluno.

O Município de Braga entende que o desenvolvimento da cidade só se faz com cidadãos mais capacitados, daí o seu investimento na educação e no combate às desigualdades sociais. A educação é o verdadeiro motor de mudança do território!

Lídia Dias

Vereadora da Cultura e Educação do Município de Braga



Projeto INEDIT.Maia: Inclusão pela Educação – Investimos em Ti



A Escola deve ser um local de valorização do conhecimento e de aprendizagem, bem como de aplicação dos saberes escolares em práticas sociais, indissociável de uma sociedade sustentável e harmoniosa, inclusiva e progressiva.

1. O INEDIT.MAIA

Neste sentido, no âmbito dos PIICIE, a Maia tem vindo a ancorar, desde 2018, a sua estratégia para a Educação no projeto INEDIT.Maia.

Consubstanciado em quatro ações – DESCOBRIR+, PARTICIPAR+, COMPREENDER+ e COMUNICAR+ – o projeto visa promover mudanças na aprendizagem colaborativa, no fortalecimento das relações escola-família e escola-comunidade, na deteção precoce de áreas a intervir e nos processos de diagnóstico, análise e monitorização de indicadores relevantes.

2. AÇÕES DO INEDIT.MAIA

2.1. SUPERTABI.Maia. O INEDIT.Maia tem permitido implementar cenários de inovação pedagógica. Através de capacitação proporcionada aos docentes, estes recorrem a dispositivos móveis para promover competências que potenciem e motivem a aprendizagem, tornando a criança o agente principal do processo.

2.2. Desafios em Férias. Foi criada uma resposta para os períodos das interrupções letivas/férias das crianças que beneficiam de medidas adicionais e se encontram inseridas nos Centros de Apoios à Aprendizagem. Pretende-se proporcionar a oportunidade de usufruírem de momentos lúdicos e didáticos, com recurso às artes e ao contacto com animais, com vista à promoção da autoestima, do desenvolvimento emocional e afetivo e de competências relacionais.

2.3. Clubes de Filosofia “Penso, Logo Cresço”. A orientação de base desta ação, destinada ao 5º e 6º anos, é a de que o diálogo filosófico promove as competências verbais e argumentativas dos jovens, que

potenciam o desenvolvimento do espírito crítico, do raciocínio lógico e da capacidade de reflexão.

2.4. Somos Feitos de Palavras. Trata-se de oficinas que desafiam as crianças do 1º e 2º anos à representação de contos, criação plástica e ligação entre a narração e a produção plástica no processo de construção dramática.

3. COMO SE ADAPTOU O INEDIT.MAIA A UM CONTEXTO ADVERSO

Com a pandemia COVID19 e consequente suspensão da atividade letiva, as ações previstas para o contexto escolar foram interrompidas, levando o município a reformular algumas delas.

A *Plataforma Participa+* constituiu-se como o recurso tecnológico que permitiu disponibilizar conteúdos digitais a partir de uma “biblioteca” e realizar vídeo-aulas para que os professores (Atividades de Enriquecimento Curricular) pudessem manter contacto assíduo com os alunos.

Foi dinamizado um Campus Virtual no Portal da Educação, no qual semanalmente se lançaram desafios dos clubes de Filosofia e realizadas sessões síncronas/assíncronas inseridas no “*Somos Feitos de Palavras*”.

O “*Desafios em Férias*” manteve-se durante todo o mês de julho e nas 2 primeiras semanas de setembro, garantindo a continuidade do enriquecimento de aprendizagens das crianças e contribuindo para a conciliação da vida familiar e profissional das famílias.

4. IMPACTO DAS AÇÕES DO INEDIT.MAIA: A EVIDÊNCIA EM CONTEXTO COVID19

No INEDIT implementa-se um Modelo de Gestão, Monitorização e Avaliação que, apesar das circunstâncias excecionais, que criaram forte constrangimento à recolha de dados de Medição de Impacto Social, permitiu a recolha de evidências.

4.1. Desafios em Férias. Neste estudo participaram 30 encarregados de educação (EE), 82% dos quais consideraram que o programa promoveu o autoconhecimento do seu educando, 64% dizem que este aumentou a sua capacidade de aprendizagem e 50% que o programa teve impacto positivo na autoestima das crianças.

Os mesmos EE atribuem um impacto muito positivo, reforçando a ideia de que a participação das crianças permitiu um maior investimento noutras atividades da sua vida diária, nomeadamente na disponibilidade de tempo; na melhoria das relações interpessoais e na qualidade de vida. O maior impacto faz-se sentir na melhoria do papel do cuidador.

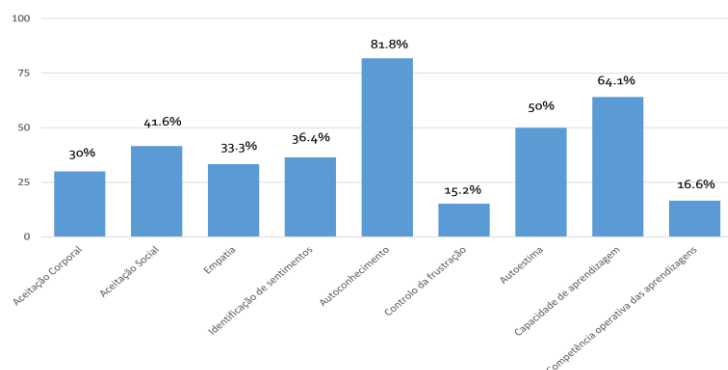


Figura 1. “Desafios em Férias”: Atribuição de impacto na criança por parte dos EE

4.2. Somos Feitos de Palavras. Recolheram-se dados de 51 EE (sendo que em 46 destas respostas contou-se, também, a resposta dos respetivos educandos às perguntas finais do questionário dirigidas à criança). Os EE atribuíram impacto positivo aos 3 tipos de atividades (leitura, expressão dramática e plástica) tanto globalmente como nas 9 dimensões consideradas. Atribuem à leitura maior impacto no raciocínio e nas competências de aprendizagem, considerando que a Expressão Dramática tem impacto equivalente em dimensões como a memória, a resolução de problemas ou a imaginação, para a qual é atribuído impacto equivalente à Expressão Plástica.

(respetivamente, 5.74 e 4.76, em 6 pontos possíveis). Em termos globais, a satisfação com a participação nos Clubes de Filosofia é avaliada de forma extremamente positiva (92/100).

4.4. SUPERTABI.Maia. Participaram, no estudo de medição de impacto, 12 docentes, dos quais 92% atribuíram uma classificação superior a 90 pontos em 100. Entre estes docentes, 77% consideram que essa capacitação foi “muitíssimo útil” para a modalidade de ensino a distância e os restantes 23% consideram que foi “muito útil”. Em termos globais, os docentes fazem uma avaliação muito positiva da implementação do SUPERTABI.Maia em sala de aula e também da experiência vivenciada pelos alunos (respetivamente 95.6 e 99.1, em 100 possíveis).

5. INCLUIR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO, INVESTINDO NA INOVAÇÃO

Sob a égide de que na Maia “ninguém fica para trás”, o município continua a acreditar que a escola de hoje deve ultrapassar os muros do espaço tradicional de aprendizagem e adaptar-se às necessidades de cada aluno sob a orientação atenta do professor, criando “escolas com asas”.

A Maia assume-se como “agente facilitador de mudança”, através da implementação de projetos que, não priorizando a cultura das notas, pretende, despoletar o desenvolvimento de *human skills*.

Os PIICIE apresentaram-se como uma oportunidade ímpar de fortalecer este processo ímparável e contínuo da mudança desejável que se pretende junto das escolas e seus principais agentes, tornando-as em espaços abertos à comunidade, onde educar é uma responsabilidade de todos.

Urge tornar a escola no principal impulsionador do pensamento inovador para que, face aos desafios reais, transformemos crianças/jovens em cidadãos capazes, interessados e resilientes, sobretudo na procura de uma cultura de bem-estar e de felicidade que permita alavancar a preparação e construção do seu futuro.

Emília Santos
Vice-Presidente do Município da Maia e Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência;

	EXPRESSIONE			TOTAL
	LEITURA	DRAMÁTICA	PLÁSTICA	
IMAGINAÇÃO	5.25	5.03	5.08	5.14
RACIOCÍNIO	4.97	4.64	4.69	4.84
MEMÓRIA	5.08	4.85	4.54	4.99
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	4.76	4.62	4.46	4.65
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS	4.92	5.08	4.54	4.87
COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM	5.13	4.74	4.72	4.92
LÉXICO	5.36	4.95	4.31	4.97
AUTOCONFIANÇA	4.69	4.89	4.64	4.78
AUTOCONHECIMENTO	4.75	4.89	4.75	4.84
TOTAL	5.00	4.89	4.64	

Figura 2. “Somos Feitos de Palavras”: Atribuição de impacto por parte dos EE em dimensões do desenvolvimento sociocognitivo da criança (escala de 0 a 6 pontos)

Os EE entendem que foi “muito importante” para o seu educando participar nas atividades (5/6 pontos) e as crianças atribuem-lhes uma classificação média de 91 pontos, com 80% a atribuírem mais de 70 pontos (70/100).

4.3. Clubes de Filosofia “Penso, Logo Cresço”. Recolheram-se dados de 65 jovens participantes nestes Clubes, que fazem uma avaliação muito positiva da experiência e também percecionam como positiva a forma como os colegas vivenciaram os clubes



RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NAS ESCOLAS DO NORTE



Na publicação “Regiões em Números 2018/2019 - Região Norte”, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência divulgou estatísticas oficiais de educação por NUTS II e III e por concelhos, disponibilizando dados úteis também para o acompanhamento dos PIICIE. Atualizamos a informação publicada no número 10 deste boletim no que respeita à taxa de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário.

O aumento do nível de transição e conclusão (o complementar da retenção e desistência) verificado nas últimas décadas tem-se

acentuado nos últimos anos, de forma mais intensa no ensino básico.

Sabemos que, numa perspetiva exigente de sucesso escolar, não basta melhorar os resultados neste indicador. De facto, a transição e a conclusão podem ocorrer com insuficiências de aprendizagem graves, como atestam os valores ainda elevados de níveis negativos em certas disciplinas; num patamar de exigência superior, podemos ter uma transição com níveis positivos em todas as disciplinas e haver muito a fazer pela qualidade e pertinência das aprendizagens.

No entanto, mais uma vez, estas observações moderadoras não põem em causa o sentido positivo dos resultados que agora atualizamos.

ENSINO BÁSICO

Em 2018/19, prosseguiu a redução dos valores da taxa de retenção e desistência (TRD) no ensino básico. O Norte — com uma variação de -1,2 p.p. em relação ao ano anterior e um resultado de 2,4 % — apresenta resultados mais positivos do que a média do Continente, que regista uma variação de -1,3 p.p. em relação ao ano anterior e um resultado de 3,7 % (cf. Quadro 1). Todas as NUTS III do Norte apresentam valores inferiores à média do Continente.

Quadro 1. Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico (%)

NUTS	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Continente	7,8	6,4	5,4	5,0	3,7
Norte	6,7	5,4	4,3	3,6	2,4
Alto Minho	4,1	3,8	3,0	2,4	1,3
Alto Tâmega	6,6	6,6	4,8	4,7	3,5
AM do Porto	7,3	5,9	4,7	4,1	3,1
Ave	5,9	4,8	3,9	2,7	1,7
Cávado	5,0	3,8	3,4	2,8	1,3
Douro	6,6	5,9	4,3	3,9	3,0
Tâmega e Sousa	7,1	5,8	4,1	3,3	1,6
Terras de Trás-os-Montes	8,6	7,3	5,5	5,5	3,6

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2018/2019 - Região Norte



O valor de 2,4 % no Norte significa que, no ano em causa, ficaram retidos ou desistiram cerca de 7700 dos 322 181 alunos que aqui frequentavam o ensino básico em 2018/19.

No último ano, os resultados melhoraram claramente em todas as NUTS III da Região, com destaque para as NUTS Terras de Trás-os-Montes (TTM) e Tâmega e Sousa; os valores variam agora entre 1,3 % no Alto Minho e no Cávado e 3,6 % nas TTM.

Se considerarmos os últimos quatro anos, o resultado regional corresponde agora a pouco mais de um terço do verificado em 2014/15; por NUTS III, destaca-se o Tâmega e Sousa, com um valor inferior a um quarto do valor inicial.

Por ciclo do ensino básico

Considerando cada um dos três ciclos que compõem o ensino básico, observa-se que os valores aumentam de ciclo para ciclo. Assim, em 2018/19, na Região, temos **1,2 %** no 1.º ciclo (com valores entre 0,7 % e 2,6 %, por NUTS III), **2,1 %** no 2.º ciclo (com valores entre 0,9 % e 3,4 %) e **4,0 %** no 3.º ciclo (com valores entre 2,0 % e 6,0 %).

A redução em p.p. é geralmente mais elevada no 3.º ciclo, onde os valores de partida também são mais altos (cf. Quadro 2).

Quadro 2. Taxa de retenção e desistência por ciclo do Ensino Básico (%)

NUTS	1.º Ciclo			2.º Ciclo			3.º Ciclo		
	2016/17	2017/18	2018/19	2016/17	2017/18	2018/19	2016/17	2017/18	2018/19
Continente	2,9	2,6	2,0	5,9	5,3	3,8	8,4	7,6	5,6
Norte	2,2	1,8	1,2	4,0	3,3	2,1	6,9	5,9	4,0
Alto Minho	1,5	1,6	0,7	2,6	2,7	1,2	4,9	3,2	2,1
Alto Tâmega	1,5	2,6	2,6	5,2	3,7	1,7	8,0	7,5	5,5
AM do Porto	2,3	2,0	1,4	4,9	4,0	2,7	7,4	6,7	5,2
Ave	2,0	1,3	1,1	2,9	1,8	0,9	6,7	4,9	2,8
Cávado	1,8	1,3	0,7	2,7	2,1	1,2	5,6	4,9	2,0
Douro	2,1	2,1	1,5	4,7	4,8	3,4	6,3	5,4	4,6
Tâmega e Sousa	2,2	1,9	1,0	3,1	2,6	1,1	6,9	5,2	2,5
Terras de Trás-os-Montes	3,4	2,8	1,9	5,2	5,0	3,1	8,1	9,1	6,0

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2018/2019 - Região Norte



ENSINO SECUNDÁRIO

Com uma variação de -0,5 p.p. em relação ao ano anterior e um resultado de 10,5 %, em 2018/19, a Região continua a obter no ensino secundário valores mais positivos do que a média do Continente, que apresenta uma variação de -0,7 p.p. em relação ao ano anterior e um resultado de 12,9 % (cf. Quadro 3). Observa-se uma descida bastante mais lenta do que no ensino básico, aumentando a diferença de resultados entre os dois níveis de ensino.

Quadro 3. Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário (%)

NUTS	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Continente	16,4	15,5	14,9	13,6	12,9
Norte	14,0	13,3	12,3	11,0	10,5
Alto Minho	11,9	12,3	10,9	9,4	8,8
Alto Tâmega	14,3	13,0	15,5	11,7	12,5
AM do Porto	13,9	13,2	12,0	11,4	10,9
Ave	13,9	13,4	12,8	10,3	9,1
Cávado	13,8	12,6	11,9	10,6	10,6
Douro	15,6	15,4	14,6	12,5	12,1
Tâmega e Sousa	13,5	12,3	11,6	9,9	9,4
Terras de Trás-os-Montes	21,3	19,2	16,5	15,6	13,6

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2018/2019 - Região Norte

O valor de 10,5 % significa que ficaram retidos ou desistiram cerca de 14 660 dos 139 642 alunos que aqui frequentavam o ensino secundário em 2018/19.

Os resultados melhoram em todas as NUTS III da Região, com exceção do Alto Tâmega, sendo as TTM a apresentarem a quebra mais acentuada (-2,0 p.p.). Os valores variam agora entre 8,8 % no Alto Minho e 13,6 % nas TTM.

Se tivermos em conta os últimos quatro anos, o resultado regional corresponde agora a três quartos do verificado em 2014/15; por NUTS III, destaca-se a evolução das TTM, com o valor mais recente inferior a dois terços do valor inicial.

Como **informação complementar**, refira-se que, por ano de escolaridade e no Continente, no 1.º ciclo, o valor da TRD é mais elevado no 2.º ano (4,7 %); no 2.º ciclo, os valores são próximos nos dois anos de escolaridade; no 3.º ciclo, os valores são mais elevados no 7.º ano (6,8 %); no secundário é o valor é particularmente elevado no 12.º ano (22,6 %) e, em geral, tem mais expressão nos cursos científico-humanísticos, com 14,5 %, do que nos cursos profissionais, com 10,1 % (DGEEC).

SUPLEMENTO

**FREQUÊNCIA ESCOLAR NO NORTE:
Evolução e olhar prospetivo**

Com base na publicação anual “Regiões em Números”, da DGEEC, procedemos a uma breve análise da evolução do número de alunos de 2008/09 a 2018/19, apresentamos as linhas gerais da previsão para os cinco anos seguintes e enunciamos algumas conclusões. A informação mobilizada abrange a frequência de estabelecimentos públicos e privados da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, nas diversas modalidades de ensino.

I. Evolução de 2008/09 a 2018/2019

Entre 2008/09 e 2018/19, o Norte viu descer de 761 683 para 541 635 o número total de crianças inscritas na educação pré-escolar e de alunos inscritos nos ensinos básico e secundário. Com exceção da educação pré-escolar, a quebra é mais acentuada na primeira parte do decénio.

Como os valores descem significativamente menos noutras regiões, o Norte perdeu peso no total do Continente, passando de 36,7% para 34,5% na educação pré-escolar, de 37,8% para 34,4% no 1.º ciclo, de 41,1% para 35,6% na soma de 2.º e 3.º ciclos e de 38,2% para 36,9% no ensino secundário.

Por NUTS III da Região, nos dez anos em análise, a Área Metropolitana do Porto (AMP) apresenta a diminuição menor, no que é acompanhada, quanto ao ensino secundário, pelo Tâmega e Sousa e pelo Cávado; em contraponto, o Alto Tâmega tem uma quebra mais forte em todos os níveis, tal como o Douro e o Tâmega e Sousa no 1.º ciclo e as Terras de Trás-os-Montes (TTM) na soma dos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário. Assim, ao passar de um total de 357 473 inscritos para um total de 270 038, a AMP aumenta o peso no total dos inscritos nas escolas da Região de 47% para 50%.

Para cada nível de educação, apresentamos um quadro com os números absolutos, acompanhado por um gráfico em que se adota como índice 100 os números de 2008/09.

A. Na educação pré-escolar

Nos dez anos em causa, a frequência na Região desce mais do que na média do Continente (cerca de 16% e de 11%, respetivamente), sendo a descida claramente mais intensa no segundo quinquénio. De facto, a frequência da educação pré-escolar nos últimos anos já evidencia a acentuada diminuição da natalidade verificada entre 2012 e 2014 (INE), dinâmica mais forte do que o aumento dos níveis de pré-escolarização (na Região, a taxa real de pré-escolarização progrediu de 83,2% em 2008/09 para 93,3% em 2013/14 e 96,7% em 2018/19)¹.

Quadro 1. Evolução do número de crianças inscritas na educação pré-escolar

NUTS	2008/09	2013/14	2018/19
Continente	258.932	251.059	231.327
Norte	94.920	91.369	79.812
Alto Minho	6.100	5.578	4.813
Alto Tâmega	2.101	1.617	1.382
AM do Porto	44.309	44.415	39.750
Ave	11.158	10.601	9.337
Cávado	12.110	11.279	10.087
Douro	5.264	4.601	3.619
Tâmega e Sousa	11.332	11.034	8.922
Terras de Trás-os-Montes	2.546	2.244	1.902

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2017/2018 e 2018/2019 - Região Norte

¹ Por taxa real de pré-escolarização entende-se a relação percentual entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar com 3-5 anos e a população residente do mesmo grupo etário (DGEEC).

SUPLEMENTO

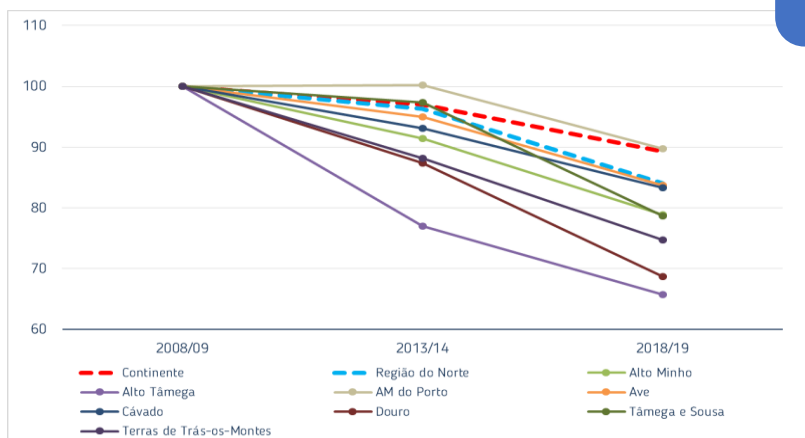


Gráfico 1. Evolução do número de crianças inscritas na educação pré-escolar (2008/09 = 100)

Por NUTS III, a descida é mais forte no Alto Tâmega e no Douro, com uma diminuição de cerca de um terço da frequência, e mais moderada na AMP, a única NUTS III com uma diminuição inferior à da média do Norte. Esta é também a NUTS III com os valores mais baixos nos índices de pré-escolarização.

B. No 1.º ciclo do ensino Básico

No decénio considerado, os valores descem mais rapidamente na Região do que na média do Continente (26% e 19%, respetivamente), sendo a descida mais acentuada no primeiro quinquénio. Aos efeitos da quebra demográfica acrescem, com menor peso, os da diminuição dos níveis de retenção.

Quadro 2. Evolução do número de alunos do 1.º ciclo do EB

NUTS	2008/09	2013/14	2018/19
Continente	459823	399439	372567
Norte	173744	143090	128166
Alto Minho	9914	8532	7353
Alto Tâmega	3481	2778	2215
AM do Porto	82217	69361	64347
Ave	20975	16525	14435
Cávado	20652	17218	15722
Douro	8686	6789	5681
Tâmega e Sousa	23733	18447	15438
Terras de Trás-os-Montes	4086	3440	2975

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2017/2018 e 2018/2019 - Região Norte

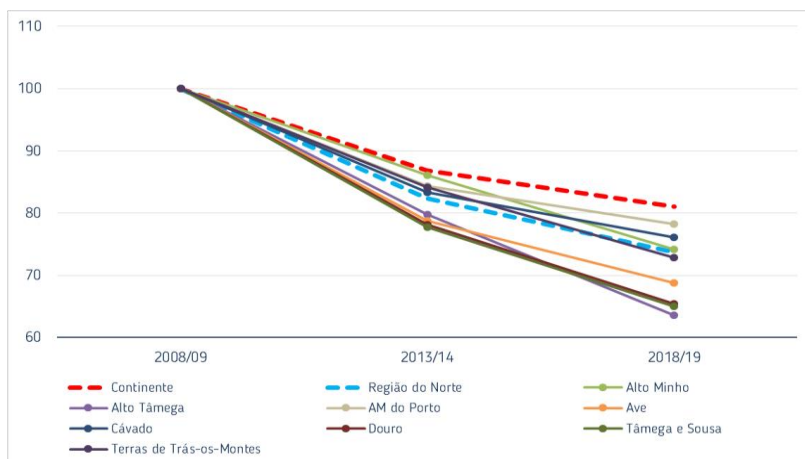


Gráfico 2. Evolução do número de alunos do 1.º ciclo do EB (2008/09 = 100)

SUPLEMENTO

Por NUTS III, a diminuição é mais profunda no Alto Tâmega, no Douro e no Tâmega e Sousa, que veem diminuir em cerca de um terço o número de alunos, e mais moderada na AMP e no Cávado.

C. Nos 2.º + 3.º ciclos do ensino básico

Nestes dez anos, a Região perde mais de um terço da frequência no conjunto destes dois ciclos de ensino, com um ritmo mais rápido do que a média do Continente (37,5% e 28%, respetivamente). A diminuição é mais forte no primeiro quinquénio. Ao peso da demografia acrescem os efeitos da diminuição expressiva dos níveis de retenção.

Quadro 3. Evolução do número de alunos dos 2.º e 3.º ciclos do EB

NUTS	2008/09	2013/14	2018/19
Continente	755557	595855	545510
Norte	310423	223501	194015
Alto Minho	18045	12753	11165
Alto Tâmega	7140	4811	3752
AM do Porto	143740	107416	96383
Ave	36286	26136	21192
Cávado	36390	26108	23289
Douro	16624	11045	9099
Tâmega e Sousa	42964	29488	24307
Terras de Trás-os-Montes	9234	5744	4828

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2017/2018 e 2018/2019 - Região Norte

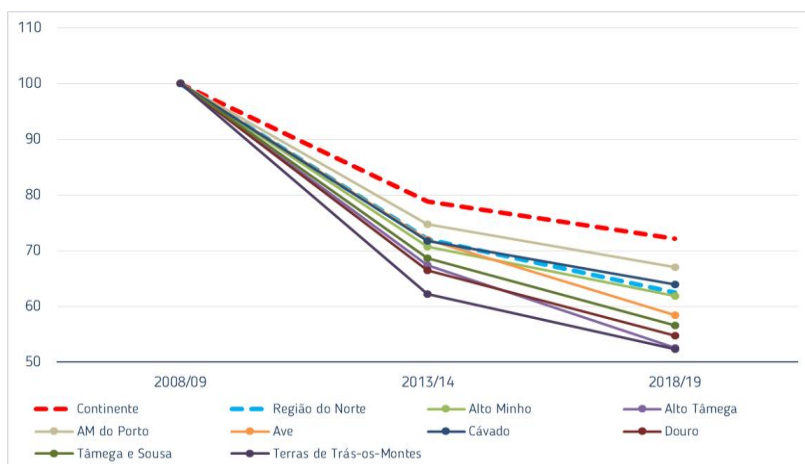


Gráfico 3. Evolução do número de alunos dos 2.º e 3.º ciclos do EB (2008/09 = 100)

Por NUTS III, a diminuição é mais intensa nas TTM, no Alto Tâmega e no Douro (todas com valores superiores a 45%) e um pouco menos intensa na AMP e no Cávado, que apresentam valores próximos de um terço.

D. No ensino secundário

Entre 2008/09 e 2018/19, a Região perde quase um quarto da frequência no ensino secundário, um pouco acima do valor da média do Continente (24% e 21%, respetivamente). Verifica-se uma descida acentuada no primeiro quinquénio e, no segundo quinquénio, um ligeiro aumento no Continente e a manutenção na Região, circunstância a que não será alheio o cumprimento da nova escolaridade obrigatória. Por outro lado, a diminuição dos níveis de retenção não é aqui tão expressiva quanto a verificada no ensino básico.

SUPLEMENTO

Quadro 4. Evolução do número de alunos do ensino secundário

NUTS	2008/09	2013/14	2018/19
Continente	477802	364417	378583
Norte	182596	140083	139642
Alto Minho	12256	9478	8831
Alto Tâmega	4591	2896	2477
AM do Porto	87207	68548	69558
Ave	19191	14953	14899
Cávado	21789	18270	17356
Douro	11213	7869	7051
Tâmega e Sousa	19180	14473	15665
Terras de Trás-os-Montes	7169	3596	3805

Fonte: DGEEC. Regiões em números 2017/2018 e 2018/2019 - Região Norte

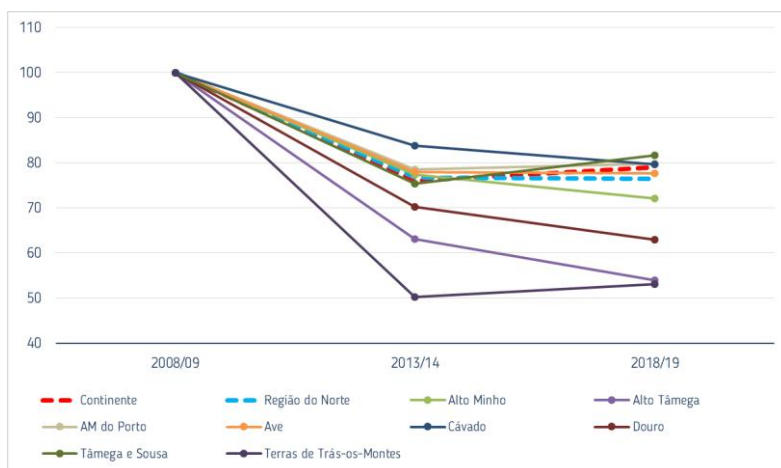


Gráfico 4. Evolução do número de alunos do ensino secundário (2008/09 = 100)

Por NUTS III, a diminuição é mais forte nas TTM e no Alto Tâmega (com valores superiores a 46%) e um pouco menos intensa no Tâmega e Sousa, na AMP e no Cávado. De realçar a ligeira recuperação no Tâmega e Sousa e nas TTM no segundo quinquénio, embora, neste último caso, tal recuperação ocorra após uma perda de metade dos alunos em cinco anos. Em 2018/19, a AMP acolhe praticamente metade dos alunos a frequentar o ensino secundário.

II. Previsão para os próximos anos

O último estudo publicado pela DGEEC com a previsão do número de alunos nos ensinos básico e secundário — [Previsão do número de alunos em Portugal e por regiões, 2018-2024](#) — baseia-se nas frequências verificadas até 2017/18, inclusive, e estima o impacto da evolução demográfica que decorre dos nascimentos e dos fluxos migratórios e, no campo escolar, o efeito da alteração dos valores das taxas de transição e de retenção e desistência. O resultado é uma visão próxima do que verificará a curto prazo se não ocorrer uma alteração significativa destas condições. O Quadro 5 sintetiza a diminuição prevista, em percentagem, no intervalo de tempo em causa.



SUPLEMENTO

Quadro 5. Previsão da diminuição do número de alunos entre 2017/18 e 2023-2024 (%)

NUTS	1.º Ciclo do EB	2.º + 3.º Ciclos do EB	Ensino secundário
Continente	15,1	11,6	7,7
Norte	17,6	17,4	15,9
Alto Minho	19,8	16,1	12,5
Alto Tâmega	14,2	25,6	20,4
AM do Porto	16,0	14,2	13,2
Ave	17,2	21,1	20,6
Cávado	18,3	18,0	15,8
Douro	21,0	22,5	22,1
Tâmega e Sousa	23,6	22,7	21,7
Terras de Trás-os-Montes	10,9	18,9	15,2

Fonte: DGEEC. Previsão do número de alunos em Portugal e por regiões, 2018-2024

Comparando os valores previstos para 2023/24 com os verificados em 2017/18, observa-se:

- ▶ no Continente, uma diminuição mais acentuada nos primeiros anos de escolaridade, pois os valores são na ordem de 15% no 1.º ciclo, 12% na soma dos 2.º e 3.º ciclos e 8% no ensino secundário;
- ▶ no Norte, uma perda próxima de 17,5% em todo o ensino básico e de 16% no ensino secundário;
- ▶ descidas elevadas em todos os níveis de ensino considerados nas NUTS III Tâmega e Sousa e Douro, no que são acompanhadas pelo Alto Tâmega e pelo Ave na soma dos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário; em contraponto, temos descidas menos expressivas na AMP.

Desta forma, as tendências gerais que assinalámos na evolução dos últimos dez anos manter-se-ão nos próximos cinco, designadamente: (i) diminuição geral da frequência, (ii) diminuição mais intensa em qualquer NUTS III da Região do que na média do Continente, na soma dos 2º e 3º ciclos e, em particular, no ensino secundário e (iii) aumento do peso da AMP no total do Norte.

III. Conclusões



1. Na redução do número de alunos confluem tendências na demografia e na educação que se reconhecem nos últimos decénios. Neste período, o Norte altera significativamente a sua situação em termos absolutos e a sua posição no todo nacional.

No campo demográfico, a diminuição generalizada da população residente nos grupos etários mais jovens acontece, no Norte, a um ritmo claramente superior ao da média nacional. Nos espaços sub-regionais, a redução da população em idade escolar é mais lenta na AMP e acentua-se nos territórios mais afastados do litoral, o que constitui uma expressão do reforço da urbanização e da região metropolitana.

No campo da educação escolar, a NUTS II Norte, que se destacava no contexto nacional pelos maus resultados, fez, no fim do século passado e no início deste, um percurso notável de aproximação aos valores médios nacionais, eles próprios crescentes, no que respeita às taxas de escolarização da população jovem. Este percurso fez aumentar a frequência escolar ou mitigar a sua descida.



SUPLEMENTO

Ora, na última década, não só o ritmo de crescimento das taxas de escolarização abrandou, por já a termos iniciado com valores próximos da frequência universal até aos 18 anos de idade, como a Região melhora expressivamente os níveis de conclusão e de transição, que passam a ser superiores aos das médias nacionais.

Assim, à dinâmica demográfica junta-se a diminuição acentuada da retenção na escola, contribuindo ambas, embora com mais peso da primeira, para a redução da frequência escolar.

2. Por mais eficazes que sejam os esforços que importa desenvolver em prol da sustentabilidade demográfica, por via do aumento da natalidade, da redução da emigração e da atração e fixação de novos residentes (ver agenda temática “*As pessoas primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade*” da [Estratégia Portugal 2030](#)), estas tendências na evolução da população em idade escolar deverão manter-se nos próximos anos, obrigando a **ajustamentos em diversas áreas da administração da educação**.

3. Nesta sede, justifica-se a apresentação de algumas notas sobre uma dessas áreas, a rede educativa, designadamente à luz do previsto no [Decreto-Lei n.º 21/2019](#), de 30 de janeiro, que “concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação” e “regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação” (artigo 1.º).

4. Apesar de todos os anos serem introduzidas alterações – por exemplo, nesta Região, entre 2013/14 e 2018/19, o número de estabelecimentos de ensino públicos desce de 2277 para 1936 (DGEEC) –, é imperioso **renovar o planeamento da rede educativa**. De facto, os instrumentos previstos na lei, as cartas educativas, estão geralmente muito desatualizadas.

Uma maior intervenção dos municípios e das entidades intermunicipais nesta matéria passará por combinar as orientações da administração educativa, o trabalho técnico de caracterização e de prospetiva e a decisão política local, na procura de soluções que respeitem os princípios da **equidade** no acesso e no usufruto e da **eficiência** na gestão dos recursos.

A diversidade dos territórios requer diversidade e integração nas respostas, conjugando as especificidades da educação com as opções globais do planeamento municipal e intermunicipal, expressos em planos diretores e em planos de desenvolvimento. No planeamento da rede educativa estão em causa as dimensões infraestrutural, organizacional e logística.

Importa que estes processos de planeamento sejam participados pelos mais diretamente interessados e pelas comunidades, com explicitação e debate das opções em causa, desde as relativas aos equipamentos a manter e a requalificar, em especial nas áreas de menor densidade, até às que se aplicam na organização da oferta escolar e nos critérios de distribuição de alunos, com mais expressão nas áreas de maior concentração. Os conselhos municipais de educação têm um papel de relevo nessa participação, dada a sua qualidade de “instância territorial de consulta e reflexão sobre a política educativa” (Decreto-Lei n.º 21/2019).

5. Além de considerar a população a servir, a oferta educativa, a organização dos grupos e das turmas ou a carga horária, como previsto no referido Decreto-Lei, conviria que o planeamento da rede educativa fosse atendendo a outros aspetos, de natureza mais qualitativa, que aqui simplesmente se enuncia: (i) a pertinência crescente do nível supramunicipal; (ii) os novos modos e meios de aprendizagem escolar, a desafiar uma renovação da arquitetura escolar; (iii) a relevância dos desafios relacionados com o ambiente (eficiência energética, transportes, etc.); (iv) as virtualidades de uma utilização multiuso na gestão dos equipamentos, em especial nas áreas de baixa densidade, e (v) a consideração progressiva da articulação da rede educativa com os serviços para a primeira infância (0-2 anos de idade).